



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**31/07/2012**

# INDICE

---

|                               |         |
|-------------------------------|---------|
| 1. JORNAL A TARDE             |         |
| 1.1. AÇÕES TJMA.....          | 1 - 4   |
| 1.2. DESEMBARGADORES.....     | 5 - 7   |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS        |         |
| 2.1. AÇÕES TJMA.....          | 8       |
| 2.2. EVENTOS.....             | 9 - 10  |
| 3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS |         |
| 3.1. AÇÕES TJMA.....          | 11 - 14 |
| 3.2. DESEMBARGADORES.....     | 15 - 16 |
| 3.3. SEM ASSUNTO.....         | 17      |
| 4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO  |         |
| 4.1. AÇÕES TJMA.....          | 18 - 21 |
| 4.2. DECISÕES.....            | 22      |
| 4.3. DESEMBARGADORES.....     | 23 - 24 |
| 4.4. SEM ASSUNTO.....         | 25 - 26 |
| 5. JORNAL O DEBATE            |         |
| 5.1. DESEMBARGADORES.....     | 27      |
| 6. JORNAL O IMPARCIAL         |         |
| 6.1. CASO DÉCIO SÁ.....       | 28      |
| 6.2. DESEMBARGADORES.....     | 29 - 30 |
| 6.3. PRISÃO.....              | 31 - 32 |
| 7. JORNAL O QUARTO PODER      |         |
| 7.1. AÇÕES TJMA.....          | 33 - 34 |
| 7.2. DESEMBARGADORES.....     | 35 - 36 |
| 8. JORNAL PEQUENO             |         |
| 8.1. AÇÕES TJMA.....          | 37 - 39 |
| 8.2. CNJ.....                 | 40      |
| 8.3. DESEMBARGADORES.....     | 41      |
| 8.4. SEM ASSUNTO.....         | 42      |
| 8.5. SERVIDORES.....          | 43 - 44 |

# TJ anuncia instalação de dez varas em São Luís e Ribamar



➡ Guerreiro Júnior anuncia ao senador João Alberto e desembargadores novas varas para São Luís e Ribamar **Pág.3**

# TJ anuncia instalação de dez varas em São Luís e Ribamar

Guerreiro Júnior anuncia ao senador João Alberto e desembargadores novas varas para São Luís e Ribamar



O Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e Registros Públicos e uma de juizado especial. Em Ribamar, serão dois juzizados criminais.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ontem, durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo o 1º Juizado Especial Criminal, que foram transferidas da antiga sede para o anexo, a partir de maio.

As medidas repercutiram favoravelmente entre os magistrados que acompanharam a visita e percorreram dependências do fórum após a mudança das varas para o novo espaço.

Convidado especial, o senador João Alberto de Sousa, disse que "o Maranhão estava necessitando de melhor alojamento para os serviços judiciais. Esse prédio vem colocar a sociedade mais perto da Justiça, dando espaço para os juízes solucionarem os problemas que lhes chegam às mãos".

Guerreiro Júnior informou a desembargadores, juízes e servidores que o custo total da construção do anexo do fórum – com área construída de 53.139,25 m² e capacidade para 80 unidades jurisdicionais – foi de R\$ 161,3 milhões, incluindo obras de engenharia civil, aquisição de central de ar-condicionado e mobília.

O presidente anunciou, ainda, que a Vara de Cartas Precatórias da capital, hoje com demanda de 6 mil processos em andamento, será transformada em vara cível.

"A estrutura do fórum está



com nova dimensão e as varas estão funcionando normalmente. Agora, estamos aumentando a quantidade de varas cíveis e juizados para melhor atendimento da demanda. Acredito que as novas unidades passem a funcionar a partir de setembro", informou.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, lembrou que o novo fórum, que era um "sonho" da magistratura, foi realizado pelos desembargadores Raimundo Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior, e pediu a magistrados e servidores zelarem pela durabilidade do imóvel.

Quanto às novas unidades, o corregedor informou que o plano da Corregedoria é que as novas varas cíveis recebam os processos que ingressarem após a instalação e que as existentes solucionem a demanda atual, sem necessidade de redistribuição processual, nem de remoção de magistrados. A instalação vai ser definida em acordo com os juizes.

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Brígido Lages, a sociedade maranhense deve estar feliz, pois não possível a democratização do Judiciário sem a melhoria do acesso aos seus serviços e sem espaço físico adequado para o desempenho das funções.

"A nossa expectativa é de chegar a 20 varas cíveis em São Luís, mas a gestão do Tribunal está de parabéns. Esse fórum vai ao encontro de nossas aspirações e o que for para o bem

de todos tem a nossa chancela", declarou.

Segundo o diretor do fórum de São Luís, Sebastião Bonfim, os serviços judiciais estão funcionando dentro da normalidade. "As instalações são maravilhosas, os juizes estão satisfeitos e as condições de trabalho melhoraram. O Poder Judiciário está de parabéns", salientou.

Para o juiz Gervásio Protais dos Santos (6ª Vara Cível de São Luís), a mudança para novas instalações e a criação de novas unidades são uma demonstração de sensibilidade das administrações do Tribunal às reivindicações dos juizes, com o objetivo de melhorar do serviço que a Justiça presta à sociedade.

"Nesse primeiro mês nas novas instalações da 6ª Vara Cível, a nossa produtividade aumentou em 15% a 20%, o que é um sinal de que, efetivamente, a melhoria das instalações reflete no trabalho final dos juizes", ressaltou.

Segundo o juiz, as varas cíveis da capital têm hoje uma carga de trabalho de aproximadamente 600 processos por funcionário. Com o funcionamento das novas varas, a média de produtividade dos servidores tende a aumentar.

O presidente Guerreiro Júnior anunciou, ainda, a licitação para a aquisição de 4 elevadores panorâmicos que deverão ser instalados no átrio da sede do fórum, com capacidade para treze pessoas, cada.

**Novas comarcas**

O Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e Registros Públicos e um juizado especial. Em Ribamar, serão duas varas criminais. O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

**Novo desembargador I**

Será nesta quarta-feira (1º) a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que irá substituir o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim. Quinze juízes de entrada final (São Luís) concorrerão à vaga, pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa tem início às 9h e será conduzida pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.

**Novo desembargador II**

Os juízes inscritos são Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª Vara da Família). Também integram a lista os magistrados Ângela Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Belchior Silva (2ª Vara Cível), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Amorim (3ª Vara Cível).

JUSTIÇA

Pág. 3

# TJMA escolhe novo desembargador amanhã



➡ Fachada do TJMA



## **TJMA escolhe novo desembargador nesta quarta**

Será nesta quarta-feira (1º) a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que irá substituir o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim. Quinze juízes de entrância final (São Luís) concorrerão à vaga, pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa tem início às 9h e será conduzida pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.

Os juízes inscritos são Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª Vara da Família).

Também integram a lista os magistrados Ângela Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cí-

vel e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Belchior Silva (2ª Vara Cível), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Amorim (3ª Vara Cível).

Os juízes serão submetidos a votação em plenário. Cada desembargador indicará três nomes entre os candidatos à vaga. Os mais votados irão compor a lista triíplice, da qual sairá o novo desembargador, depois de realizada a votação final.

O acesso ao cargo desembargador, pelo critério de merecimento, é feito em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada.

O juiz de entrância final que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo.



# TJ anuncia instalação de dez varas em São Luís e Ribamar

O Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e Registros Públicos e uma de juizado especial. Em Ribamar, serão dois juzizados criminais.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ontem (30), durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo o 1º Juizado Especial Criminal, que foram transferidas da antiga sede para o anexo, a partir de maio.

As medidas repercutiram favoravelmente entre os magistrados que acompanharam a visita e percorreram dependências do fórum após a mudança das varas para o novo espaço. Convidado especial, o senador João Alberto de Sousa, disse que "o Maranhão estava necessitando de melhor alojamento para os serviços judiciários. Esse prédio vem colocar a sociedade mais perto da Justiça, dando espaço para os juízes solucionarem os problemas

que lhes chegam às mãos".

Guerreiro Júnior informou a desembargadores, juízes e servidores que o custo total da construção do anexo do fórum - com área construída de 53.139,25 m² e capacidade para 80 unidades jurisdicionais - foi de R\$ 161,3 milhões, incluindo obras de engenharia civil, aquisição de central de ar condicionado e mobília.

O presidente anunciou, ainda, que a Vara de Cartas Precatórias da capital, hoje com demanda de 6 mil processos em andamento, será transformada em vara cível.

"A estrutura do fórum está com nova dimensão e as varas estão funcionando normalmente. Agora, estamos aumentando a quantidade de varas cíveis e juzizados para melhor atendimento da demanda. Acredito que as novas unidades passem a funcionar a partir de setembro", informou.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, lembrou que o novo fórum, que era um "sonho" da magistratura, foi realizado pelos desembargadores Raimundo Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior, e pediu a magistrados e servidores zelarem pela durabili-

dade do imóvel.

Quanto às novas unidades, o corregedor informou que o plano da Corregedoria é que as novas varas cíveis recebam os processos que ingressarem após a instalação e que as existentes solucionem a demanda atual, sem necessidade de redistribuição processual, nem de remoção de magistrados. A instalação vai ser definida em acordo com os juízes.

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Brígido Lages, a sociedade maranhense deve estar feliz, pois não é possível a democratização do Judiciário sem a melhoria do acesso aos seus serviços e sem espaço físico adequado para o desempenho das funções.

"A nossa expectativa é de chegar a 20 varas cíveis em São Luís, mas a gestão do Tribunal está de parabéns. Esse fórum vai ao encontro de nossas aspirações e o que for para o bem de todos tem a nossa chancela", declarou.

Segundo o diretor do fórum de São Luís, Sebastião Bonfim, os serviços judiciais estão funcionando dentro da normalidade. "As instalações são maravilhosas, os juízes estão satisfeitos e as

condições de trabalho melhoraram. O Poder Judiciário está de parabéns", salientou.

Para o juiz Gervásio Protais dos Santos (6ª Vara Cível de São Luís), a mudança para novas instalações e a criação de novas unidades são uma demonstração de sensibilidade das administrações do Tribunal às reivindicações dos juízes, com o objetivo de melhorar do serviço que a Justiça presta à sociedade.

"Nesse primeiro mês nas novas instalações da 6ª Vara Cível, a nossa produtividade aumentou em 15% a 20%, o que é um sinal de que, efetivamente, a melhoria das instalações reflete no trabalho final dos juízes", ressaltou.

Segundo o juiz, as varas cíveis da capital têm hoje uma carga de trabalho de aproximadamente 600 processos por funcionário. Com o funcionamento das novas varas, a média de produtividade dos servidores tende a aumentar.

O presidente Guerreiro Júnior anunciou, ainda, a licitação para a aquisição de 4 elevadores panorâmicos que deverão ser instalados no átrio da sede do fórum, com capacidade para treze pessoas, cada.

# Corregedor elogia trabalho de compilação dos 80 anos da JE/MA

PÁGINA 3

## *Corregedor elogia trabalho de compilação dos 80 anos da Justiça Eleitoral no MA*



### **Desembargador José Bernardo elogiou trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral**

O trabalho dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão foi homenageado durante o encontro do Colégio de Corregedores realizado na semana passada em Campo Grande (MS) pelo desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, vice-presidente, corregedor e ouvidor do órgão.

"Registro o empenho dos servidores do TRE-MA em catalogar as normas fundamentais da vida eleitoral brasileira desde o Império até o sistema biométrico, especialmente daquilo que aconteceu no Maranhão durante este período", elogiou Bernardo Rodrigues.

O corregedor entregou ainda ao presidente do Colégio, desembargador Joenildo de Sousa Chaves, um CD que possui a compilação destes dados memoriais. Este material deve ser disponibilizado para as outras Corregedorias brasileiras.

No próximo dia 2 de agosto, o TRE-MA lança o selo comemorativo aos 80 anos da Justiça Eleitoral do Maranhão. A solenidade acontece às 15h, no auditório Ernani Santos.

Participam do evento

membros efetivos e substitutos da Corte do Regional e José de Lima Brandão (diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos). Os convidados são desembargadores do TJ, ex-presidentes do TRE, a procuradora-geral de Justiça; o presidente do TRT e o diretor do Foro da Justiça Federal.

**ENCONTRO** - reunidos no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul no dia 27, os corregedores dos TREs de todo o país debateram assuntos relevantes à Justiça Eleitoral como a Lei da Ficha Limpa e a propaganda eleitoral nas redes sociais.

Os corregedores também foram conclamados a valorizarem mais a magistratura de primeiro grau, que tem sofrido ataques institucionais, embora desempenhem um papel importante ao julgarem em locais isolados e de difícil acesso.

"Esses juizes precisam de todo o apoio que este Colegiado puder dar no que for necessário para o exercício de suas funções", disse o presidente do Colégio ao encerrar o encontro.



# CNJ DOA AVIÃO QUE PERTENCIA AO CRIME ORGANIZADO PARA TJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entregou ontem, segunda-feira (30) 16 aviões para auxiliar o trabalho de juizes em 11 estados. Segundo o juiz corregedor auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, Marlos Melek, parte das aeronaves pertenciam a traficantes e três delas pertenciam à Fundação Nacional do Índio (Funai). **Pág. 03**



**As aeronaves estão em péssimas condições de uso**

# CNJ doa avião que pertencia ao crime organizado para TJ



As aeronaves estão em péssimas condições de uso

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entregou ontem, segunda-feira (30) 16 aviões para auxiliar o trabalho de juízes em 11 estados. Segundo o juiz corregedor auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, Marlos Melek, parte das aeronaves pertenciam a traficantes e três delas pertenciam à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Os estados que vão receber os aviões são o Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, o Pará, Paraná, Piauí, a Bahia, Rondônia e Tocantins. Eles

foram escolhidos para receber as aeronaves por causa das dificuldades de deslocamento enfrentadas pelos juízes. Todas elas estavam em péssimas condições de uso e passaram por uma revisão completa para voltar ao uso.

"Nós convidamos os juízes das causas para que entregassem os aviões ao CNJ e usamos uma visão sistêmica nacional para podermos entregar esses aviões aos tribunais. Eles vão operar as aeronaves com a Polícia Militar para combater o crime organizado", disse. Ele infor-

mou ainda que os aviões serão usados de forma compartilhada entre os tribunais.

As aeronaves serão usadas no transporte de juízes para fiscalizar as varas nos estados. Hoje, a fiscalização é feita de carro, o que pode exigir uma viagem de até quatro dias para se chegar a uma cidade no interior de um estado. Com os aviões, o juiz pode ir e voltar no mesmo dia.

Melek disse ainda que uma das aeronaves será usada pelo Corpo Militar de Bombeiros do Mato Grosso do Sul e será equipada com

uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). "Esse avião começa a voar no dia 21 de agosto e vai transportar pacientes em estado de UTI. É um convênio entre o Ministério da Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Corpo Militar de Bombeiros do Mato Grosso do Sul".

De acordo com a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, "nós estamos fazendo com que esses aviões que serviam ao tráfico, sirvam a Justiça". Ela informou que o CNJ está trabalhando com diversos órgãos em âmbito federal e estadual. "Acho que os órgãos públicos precisam estar unidos, ter objetivos comuns. Dessa forma ficamos mais fortes para combater o crime organizado".

A ministra comparou o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), previsto para começar na próxima quinta-feira (2), ao do ex-presidente Fernando Collor. "Acho que esse [do mensalão] é do mesmo nível", afirmou.

Mensalão foi o nome dado no curso dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios a suposto esquema de compra de votos de parlamentares pelo Executivo, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O STF julgará 38 réus que constam dos autos do processo, entre eles José Dirceu, então ministro da Casa Civil.



## PODER JUDICIÁRIO

# Dez novas varas serão instaladas na Região Metropolitana de São Luís



Guerreiro Júnior anuncia a instalação de novas varas judiciais

O Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e Registros Públicos e uma de juizado especial. Em Ribamar, serão dois juzizados criminais.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ontem, segunda-feira (30), durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo o 1º Juizado Especial Criminal, que foram transferidas da antiga sede para o anexo, a partir de maio.

As medidas repercutiram favoravelmente entre os magistrados que acompanharam a visita e percorreram dependências do fórum após a mudança das varas para o novo espaço. Convidado especial, o senador João Alberto de Sousa, disse que "o Maranhão estava necessitando de melhor alojamento para os serviços judiciários. Esse prédio vem colocar a sociedade mais perto da Justiça, dando espaço para os juizes solucionarem os problemas que

lhes chegam às mãos".

Guerreiro Júnior informou a desembargadores, juizes e servidores que o custo total da construção do anexo do fórum - com área construída de 53.139,25 m² e capacidade para 80 unidades jurisdicionais - foi de R\$ 161,3 milhões, incluindo obras de engenharia civil, aquisição de central de ar-condicionado e mobília.

O presidente anunciou, ainda, que a Vara de Cartas Precatórias da capital, hoje com demanda de 6 mil processos em andamento, será transformada em vara cível.

"A estrutura do fórum está com nova dimensão e as varas estão funcionando normalmente. Agora, estamos aumentando a quantidade de varas cíveis e juzizados para melhor atendimento da demanda. Acredito que as novas unidades passem a funcionar a partir de setembro", informou.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, lembrou que o novo fórum, que era um "sonho" da magistratura, foi realizado pelos desembargadores Raimundo Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior, e pediu a magistrados e servidores zelarem pela dura-

bilidade do imóvel.

Quanto às novas unidades, o corregedor informou que o plano da Corregedoria é que as novas varas cíveis recebam os processos que ingressarem após a instalação e que as existentes solucionem a demanda atual, sem necessidade de redistribuição processual, nem de remoção de magistrados. A instalação vai ser definida em acordo com os juízes.

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Brígido Lages, a sociedade maranhense deve estar feliz, pois não possível a democratização do Judiciário sem a melhoria do acesso aos seus serviços e sem espaço físico adequado para o desempenho das funções.

"A nossa expectativa é de chegar a 20 varas cíveis em São Luís, mas a gestão do Tribunal está de parabéns. Esse fórum vai ao encontro de nossas aspirações e o que for para o bem de todos tem a nossa chance-la", declarou.

Segundo o diretor do fórum de São Luís, Sebastião Bonfim, os serviços judiciais estão funcionando dentro da normalidade. "As instalações são maravilhosas, os juízes estão satisfei-

tos e as condições de trabalho melhoraram. O Poder Judiciário está de parabéns", salientou.

Para o juiz Gervásio Protásio dos Santos (6ª Vara Cível de São Luís), a mudança para novas instalações e a criação de novas unidades são uma demonstração de sensibilidade das administrações do Tribunal às reivindicações dos juízes, com o objetivo de melhorar do serviço que a Justiça presta à sociedade.

"Nesse primeiro mês nas novas instalações da 6ª Vara Cível, a nossa produtividade aumentou em 15% a 20%, o que é um sinal de que, efetivamente, a melhoria das instalações reflete no trabalho final dos juízes", ressaltou.

Segundo o juiz, as varas cíveis da capital têm hoje uma carga de trabalho de aproximadamente 600 processos por funcionário. Com o funcionamento das novas varas, a média de produtividade dos servidores tende a aumentar.

O presidente Guerreiro Júnior anunciou, ainda, a licitação para a aquisição de 4 elevadores panorâmicos que deverão ser instalados no átrio da sede do fórum, com capacidade para treze pessoas, cada.

**EM VEZ DE IGREJA, FOI PRA CADEIA**

## Preso acusado de assaltar desembargador Pimentel



**Jardel é acusado de ter assaltado o desembargador Ademir Pimentel**

Policiais militares prenderam na noite dessa sexta-feira (27) o elemento Jardel de Sousa Fontinelli, que é acusado de ter sido o autor do assalto ao desembargador Ademir Paulo Pimentel e sua esposa, Sílvia Rocha Oliveira Pimentel. O assalto aconteceu por volta de 10 horas de sexta-feira, no estacionamento de um hotel no Centro, quando o casal, que havia chegado a Imperatriz na noite anterior, entrava no carro.

Armado de revólver, Jardel de Sousa Fontinelli, que foi reconhecido pelo casal através de fotos e depois em acareação no Plantão Central, roubou todas as joias que a esposa do desembargador usava, orçadas em R\$ 50 mil.

Quando foi preso, Jardel Fontinelli se encontrava portando uma Bíblia e disse que

estava indo para a igreja.

Ainda é desconhecido o paradeiro das joias roubadas, já que Jardel, que está preso na Delegacia Regional, ainda não informou o destino que deu aos pertences. Desde ontem, segunda-feira, a Polícia iniciou a investigação para que Jardel Fontinelli - já que foi provado que realmente foi ele quem praticou o assalto, embora negue - diga onde deixou as joias. Se foram receptadas ou se estão escondidas em algum lugar.

O que chama a atenção é que Jardel de Sousa Fontinelli tem uma ficha criminal extensa e até agora jamais teve qualquer condenação. Jardel Fontinelli foi autuado em flagrante delito e se encontra na Delegacia Regional à disposição da Justiça.



## VOTAÇÃO

# Tribunal de Justiça escolhe novo desembargador

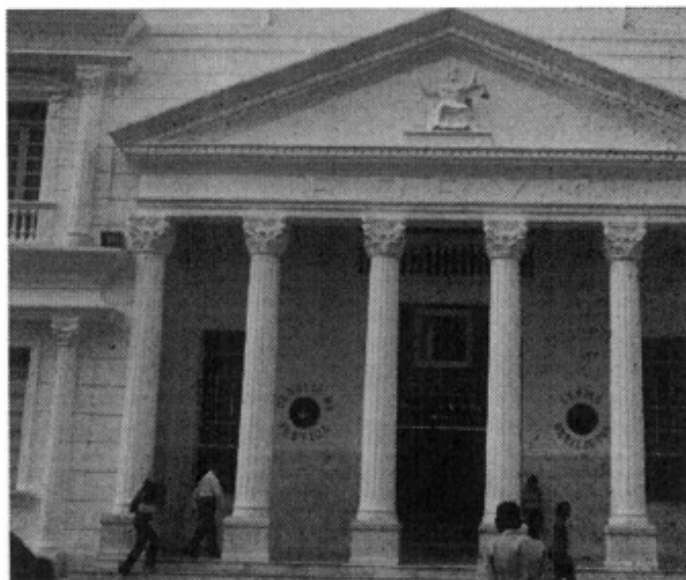
Será nesta quarta-feira (1º) a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que irá substituir o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim. Quinze juízes de entrância final (São Luís) concorrerão à vaga, pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa tem início às 9h e será conduzida pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.

Os juízes inscritos são Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª

Vara da Família).

Também integram a lista os magistrados Ângela Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Belchior Silva (2ª Vara Cível), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Amorim (3ª Vara Cível).

Os juízes serão submetidos a votação em plenário. Cada desembargador indicará três nomes entre os candidatos à vaga. Os mais votados irão compor a lista tripla, da qual sairá o novo desembargador, depois de realizada a votação final.



Será nesta quarta-feira a votação para escolha do novo membro do TJ

O acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, é feito em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada.

O juiz de entrância final que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo.



## JUSTIÇA

# Primeiro leilão de bens apreendidos supera expectativas



**Cerca de 400 pessoas estiveram presentes no leilão que contou também com lances via internet**

O primeiro leilão de bens apreendidos pela Justiça realizado na sexta-feira, 27, no auditório da VIP Leilões (Maracanã) superou as expectativas dos organizadores. De acordo com a Vip Leilões, o total apurado foi de R\$ 639.212,00 (seiscentos e trinta e nove mil duzentos e doze reais).

Segundo o edital do leilão, o total arrecadado será "depositado em contas judiciais referentes a cada processo tramitando em que houver arrematação". O evento reuniu 100

veículos oriundos de processos de Varas Criminais (a maioria), Varas de Entorpecente, Varas Cíveis e Juizados Especiais. "Todos os itens foram arrematados, inclusive as sucatas", informa a chefe do Depósito Judicial, Ana Sírila Lopes.

**Land Rover** - Um dos pontos altos do evento foi o lote 99, a Land Rover Defender. Com mínimo de venda em R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais), o veículo foi arrematado por R\$ 56.500,00

(cinquenta e seis mil e quinhentos reais). Antes mesmo do início do leilão a Land Rover já havia recebido mais de 100 lances on-line.

Outro destaque ficou por conta do lote 72, um GM ômega 2004/2004, blindado, com mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e arrematado por R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

**Sucatas** - Mas engana-se quem pensa que apenas veículos do porte da Land Rover e do Ômega blindado se desta-

caram. Segundo informa Gustavo Lages, diversas sucatas tiveram excelentes ágios, a exemplo do lote 104, referente a uma sucata de Mercedes-Benz. Com mínimo de R\$ 1.500,00, a sucata foi arrematada por R\$ 17.500,00.

**Participação** - Além dos cerca de 400 interessados presentes ao local, o leilão registrou 221 participantes (19 estados) on-line. A visitação aos lotes contabilizou 750 pessoas de forma presencial e aproximadamente 10.900 on-line. Um total de 65% dos itens foi arrematado presencialmente. Os restantes 35% das arrematações se deram via internet.

**Contrato** - o primeiro leilão de bens apreendidos pela Justiça dá início a uma série de eventos do tipo a ser realizados pelo Judiciário maranhense. Outros dois estão agendados para o próximo mês de agosto e para novembro.

A iniciativa é objeto de contrato firmado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e o leiloeiro Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho. Além dos bens apreendidos, o documento, assinado no último dia 6 de julho, prevê também realização de leilões de bens inservíveis do Judiciário. Sem ônus para o Tribunal de Justiça, o contrato determina o pagamento de 5% do valor arrematado por parte do arrematante ao leiloeiro, a título de remuneração.



Ribamar Pinheiro/Ascom TJ

Presidente do TJ, Antonio Guerreiro Júnior (2º à dir.), mostra a desembargadores as novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa

# Ilha terá mais 9 varas judiciais

Serão sete em São Luís e duas em Ribamar, além de um juizado especial, anunciou o presidente Antonio Guerreiro Júnior ao visitar novas instalações do Fórum. **Geral 6**



# TJ vai instalar nove varas e um juizado em São Luís e Ribamar

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, fez o anúncio ontem durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo Juizado Criminal

**O** Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e Registros Públicos e um juizado especial. Em Ribamar, serão duas varas criminais.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ontem, durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo o 1º Juizado Especial Criminal, que foram transferidas da antiga sede para o anexo, a partir de maio.

As medidas repercutiram favoravelmente entre os magistrados que acompanharam a visita e percorreram dependências do fórum após a mudança das varas para o novo espaço. Convidado especial, o senador João Alberto de Sousa disse que o Maranhão estava necessitando de melhor alojamento para os serviços judiciários. “Esse prédio vem colocar a sociedade mais perto da Justiça, dando espaço para os juízes solucionarem os problemas que lhes chegam às mãos”, afirmou.

Guerreiro Júnior informou a desembargadores, juízes e servidores que o custo total da construção do anexo do fórum – com área construída de 53.139,25 m² e capacidade para 80 unidades jurisdicionais – foi de R\$ 161,3 milhões, incluindo obras de engenharia civil, aquisição de central de ar-condicionado e mobília.

**Mudança** - O presidente anunciou, ainda, que a Vara de Cartas Precatórias da capital, hoje com demanda de 6 mil processos em andamento, será transformada

em vara cível.

“A estrutura do fórum está com nova dimensão e as varas estão funcionando normalmente. Agora, estamos aumentando a quantidade de varas cíveis e juizados para melhor atendimento da demanda. Acredito que as novas unidades passem a funcionar a partir de setembro”, informou.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, lembrou que o novo fórum, que era um “sonho” da magistratura, foi realizado pelos desembargadores Raimundo Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior, e pediu a magistrados e servidores zelarem pela durabilidade do imóvel.

Quanto às novas unidades, o corregedor informou que o plano da Corregedoria é que as novas varas cíveis recebam os processos que ingressarem após a instalação e que as existentes solucionem a demanda atual, sem necessidade de redistribuição processual, nem de remoção de magistrados. A instalação vai ser definida em acordo com os juízes.

**Serviços** - Segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), Brígido Lages, a sociedade maranhense deve estar feliz, pois não seria possível a democratização do Judiciário sem a melhoria do acesso aos seus serviços e sem espaço físico adequado para o desempenho das funções.

“A nossa expectativa é de chegar a 20 varas cíveis em São Luís, mas a gestão do Tribunal está de parabéns. Esse fórum vai ao encontro de nossas aspirações e o que for para o bem de todos tem a nossa chancela”, declarou.

Segundo o diretor do fórum de São Luís, Sebastião Bonfim, os

serviços judiciais estão funcionando dentro da normalidade. “As instalações são maravilhosas, os juízes estão satisfeitos e as condições de trabalho melhoraram. O Poder Judiciário está de parabéns”, salientou.

**Serviço** - Para o juiz Gervásio Protásio dos Santos (6ª Vara Cível de São Luís), a mudança para novas instalações e a criação de novas unidades são uma demonstração de sensibilidade das administrações do Tribunal às reivindicações dos juízes, com o objetivo de melhorar o serviço que a Justiça presta à sociedade.

“Nesse primeiro mês nas novas instalações da 6ª Vara Cível, a nossa produtividade aumentou em 15% a 20%, o que é um sinal de que, efetivamente, a melhoria das instalações reflete no trabalho final dos juízes”, ressaltou.

Segundo o juiz, as varas cíveis da capital têm hoje uma carga de trabalho de aproximadamente 600 processos por funcionário. Com o funcionamento das novas varas, a média de produtividade dos servidores tende a aumentar.

O presidente Guerreiro Júnior anunciou, ainda, a licitação para a aquisição de quatro elevadores panorâmicos que deverão ser instalados no átrio da sede do fórum, com capacidade para 13 pessoas, cada.



Fotos/Divulgação



Guerreiro Júnior (c) ladeado por desembargadores durante visita às novas instalações do Fórum, no Calhau

“

Agora,  
estamos  
aumentando  
a quantidade  
de varas cíveis  
e juizados  
para o melhor  
atendimento  
da demanda”

Desembargador Guerreiro  
Júnior, presidente do TJMA



Desembargadores Cleones Cunha e Guerreiro Júnior ladeiam o senador João Alberto e o juiz Sebastião Bonfim

# Maranhão recebe aeronave do CNJ para combater a criminalidade

Avião de pequeno porte, apreendido em operação contra o tráfico de drogas, será para uso compartilhado entre as Forças de Segurança Pública e o Poder Judiciário

Rodrigo de Oliveira/Agência CNJ

Em solenidade realizada na manhã de ontem no hangar da Polícia Federal, em Brasília, o Maranhão e mais outros 10 estados brasileiros receberam aeronaves de pequeno porte, que foram apreendidas durante operações de combate ao tráfico de drogas, e serão utilizadas para o uso compartilhado entre o Poder Judiciário e as Forças de Segurança Pública.

O estado recebeu uma aeronave modelo Islander, de prefixo PT - FBU, fabricada no ano de 1971. A entrega foi feita pela corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, durante solenidade que contou com a participação da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria do Amaral Azevedo; o presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Antônio Gustavo Matos do Valle; do presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guarany, entre outras autoridades.

Além do Maranhão, os estados contemplados foram Acre,



Corregedora de Justiça, Eliana Calmon, no ato de entrega dos aviões

Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí, Rondônia e Tocantins. Eles foram escolhidos por causa

de sua extensão territorial e das dificuldades de deslocamento enfrentadas pelos magistrados nesses estados.

A entrega dos aviões faz parte do programa Espaço Livre - Aeroportos, da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ. Iniciativa tem por objetivo remover dos aeroportos brasileiros as aeronaves que estão sob custódia da Justiça ou que foram apreendidas em processos criminais. Para atingir este fim de retirar os 119 aviões que se encontram nessa situação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trabalha em convênio com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), o Ministério da Defesa (MJ), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Comando da Aeronáutica, o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e o Ministério Público de São Paulo (MPSP).

A Anac já avaliou quais aeronaves ainda estão em condições de uso. As que estão sucateadas serão removidas com o auxílio de caminhões do Exército e desmontadas. As peças serão leiloadas após o desmonte.

## Rápida

### Água

**ZÉ DOCA** - A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade, reduzir a multa aplicada à Companhia de Saneamento Ambiental (Caema) em decisão judicial de 1º grau, e ampliar o prazo para que a

empresa restabeleça a normalidade no abastecimento de água na cidade de Zé Doca. A decisão ocorreu durante o julgamento do recurso de agravo de instrumento contra ordem judicial da 2ª Vara da Comarca de Zé Doca, que determinou à companhia

a realização de obras e reparos necessários ao restabelecimento da normalidade do abastecimento de água, em 72 horas, nos bairros Vila do Bec, Centro e Habitar Brasil, fixando multa diária de R\$ 10 mil por descumprimento da medida.



## Estado Maior

### **TJ escolherá amanhã novo desembargador**

O Tribunal de Justiça escolherá amanhã um novo desembargador. A eleição, para a qual se candidataram 15 juízes de entrância final, se dará pelo critério de merecimento e preencherá a vaga de desembargador aberta com a aposentadoria de Raimundo Cutrim. **Política 3**

## Eleição na pauta

**C**onfirmada para amanhã a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça (TJ) que ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador aposentado Raimundo Cutrim. Quinze juízes de entrância final (São Luís) concorrem à vaga e a escolha será feita pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa será iniciada às 9h pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.

Os juízes inscritos são Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª Vara da Família), Ângela Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Belchior Silva (2ª Vara Cível), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Amorim (3ª Vara Cível).

Os juízes serão submetidos a votação em plenário. Cada desembargador indicará três nomes entre os candidatos à vaga. Os mais votados irão compor a lista tríplice, da qual sairá o novo desembargador, depois de realizada a votação final. O juiz candidato que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo.

Com a escolha do novo desembargador, o Pleno do Tribunal de Justiça contará com 26 membros, faltando apenas o representante da OAB, que deve ser escolhido em breve, para que a Corte complete sua composição.

# Comarca de Olho d'Água das Cunhãs inicia Projeto Reconhecer é Amar

Vinte e três pais já compareceram voluntariamente ao fórum do município para reconhecer seus filhos; até o dia 24 de agosto, o Judiciário estará à disposição da população para receber as indicações de paternidade e reconhecimentos

**O** **OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS** – O Projeto Reconhecer é Amar, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), baseado no Programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi lançado em Olho d'Água das Cunhãs e 23 pais já compareceram ao fórum do município para reconhecer seus filhos.

O lançamento, realizado na semana passada, foi marcado pela realização de um café da manhã no fórum, oferecido aos pais que compareceram para reconhecer voluntariamente seus filhos.

De acordo com a juíza Mirella Freitas, titular da comarca, o número de pais que compareceram ao fórum foi surpreendente. "O posto aqui no fórum funciona desde 16 deste mês, mas iniciamos na semana passada a divulgação do Reconhecer é Amar em TVs locais, rádios e faixas espalhadas na cidade. Tivemos 23 pais aqui no fórum para esse reconhecimento espontâneo", destacou a juíza.

A direção do fórum confeccionou certificados de "pai presente", elogiando-os pela iniciativa. "Até o dia 24 de agosto, nós esta-



Filhos, ao lado dos pais, exibem certificado com elogios àqueles que fizeram o reconhecimento voluntário

## Mais

**No dia 17** deste mês, foi lançado, oficialmente, em São Luís, o Projeto Reconhecer é Amar! com a inauguração do posto de atendimento no Fórum Desembargador Sarney Costa. Como uma das prioridades da gestão do corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, o projeto se estenderá para todas as comarcas do estado.

remos com duas servidoras do município à disposição da população para receber as indicações de paternidade e reconhecimentos voluntários. A partir de 24 de agosto, começaremos a expedir as notificações para as mães", ressaltou Mirella Freitas.

Um dos pais presentes para fazer o reconhecimento foi Antônio Neves de Sousa. Ele reconheceu voluntariamente a paternidade de cinco filhos: Adriana Alves de Sousa (26), Andrea Alves de Sousa (25), André Alves de Sousa (24), An-

dressa Alves de Sousa (21) e Adriano Alves de Sousa (18).

No município, cerca de 500 alunos regularmente matriculados nas escolas municipais e estaduais não têm o nome do pai na certidão de nascimento.

**Como proceder** - Em Olho d'Água das Cunhãs, desde o dia 16, das 8h às 18h, qualquer cidadão, de qualquer idade (se menor, deve comparecer com a mãe) que não tenha o nome do pai constando na certidão de nascimento, pode comparecer ao fó-



rum da comarca, portando certidão de nascimento e indicar a paternidade do suposto pai, informando nome e endereço.

Posteriormente, será expedida uma notificação ao suposto pai para que compareça ao fórum e diga se reconhece ou não a paternidade indicada. Em caso positivo, será lavrado um termo de reconhecimento de paternidade, que será encaminhado à Serventia Extrajudicial com a cópia dos documentos pessoais do pai e certidão de nascimento, para que seja incluído o nome do pai no documento.

Todos os atos são gratuitos, o que implica dizer que nem quem indica a paternidade e nem o pai que a reconhece terá qualquer despesa com o projeto.

Mesmo com todo esse procedimento, nada impede que os pais que já reconhecem a paternidade, mas que, por qualquer motivo, não constam da certidão de seus filhos, compareçam com a mãe, no caso de menor de 18 anos, ou com o próprio filho, munido de certidão de nascimento e documentos pessoais, para fazer o reconhecimento es-

pontâneo da paternidade.

**Parceria** - O projeto conta com a parceria da Corregedoria Geral da Justiça e do Tribunal de Justiça do Maranhão, das secretarias de Assistência Social e Educação, que estão cedendo duas servidoras do município para atendimento e auxiliando na divulgação do projeto, Conselho Tutelar e da imprensa local, que tem importância fundamental para que o sentido do projeto alcance todos os cidadãos do município, até mesmo aqueles das localidades mais distantes.

O Projeto Pai Presente foi criado em 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de fomentar o reconhecimento de paternidade em todo país.

Pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão foi editado o Provimento nº 6, de 25 de abril de 2011, dispondo sobre providências a serem tomadas pelos juízes com competência em Direito de Família, a fim de dar cumprimento ao Provimento do CNJ, considerando o exorbitante número de 453.993 alunos sem informação sobre paternidade.

## **TJMA escolhe novo desembargador nesta quarta 1º**

Será nesta quarta-feira (1º) a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que irá substituir o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim. Quinze juízes de entrância final (São Luís) concorrerão à vaga, pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa tem início às 9h e será conduzida pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.





## **Bastidores**

### ***Campanha entre paredes***

Não tem panfleto, santinho, discurso ou carro de som. Mesmo assim, a campanha que 15 juízes de entrância final travam pela nova vaga de desembargador do Tribunal de Justiça está para lá de agitada.

POLÍTICA 3

# Campanha entre paredes

*Não tem panfleto, santinho, discurso ou carro de som. Mesmo assim, a campanha que 15 juízes de entrância final travam pela nova vaga de desembargador do Tribunal de Justiça está pra lá de agitada. Mas tudo na surdina. De gabinete em gabinete, de telefonema em telefonema, ou até pelas redes sociais. Mesmo com alguns desembargadores da velha guarda ainda longe de um computador, mas a maioria já dedilha o teclado com habilidade dos jovens. Tem até desembargador blogueiro e com perfis no Facebook.*

*A campanha para chegar ao topo do Poder Judiciário maranhense corre rigorosamente dentro de uma espécie de liturgia que a função de desembargador recomenda. Na disputa pelo cargo por meio do critério de merecimento, entram tanto conchavo, como elementos curriculares, produção literária e atuação na magistratura e conduta inatacável. São os 23 integrantes da Corte os votantes. É uma eleição invertida, comparada com a de mandato eletivo: o eleito é o quem está em posição inferior e o eleitorado é formado pelos togados da Corte máxima.*

*Prova de fogo. Até amanhã, na hora da sessão, a campanha prossegue. Cada juiz concorrente apresenta seus trunfos, recorre aos mais diferentes truques para tentar conquistar o coração do eleitorado tão qualificado. Muitos são até colegas de vivência na carreira. Porém, nem os que já foram votados em outras indicações têm a garantia de ser o novo desembargador. E quem nunca esteve na lista também está no páreo, teoricamente, em igual condição. O TJ não é um poder político, mas a política opera a todo vapor por aquele ambiente austero e ritualístico.*





## TURU

# Estelionatária é presa por aplicar golpes de mais de R\$ 1 milhão

Cumprindo determinação da Justiça, policiais do 7º DP, localizado no Habitacional Turu, prenderam Maria de Fátima Ramos, acusada de Estelionato. De acordo com o delegado Paulo Márcio Tavares, o golpe foi aplicado por ela em vários empresários da capital e chega ao quase um milhão de reais.

A prisão de Maria de Fátima foi decretada pela juíza Maria José Milhomem, da 3ª vara criminal, em um processo que ela responde desde 2008. Dentre as vítimas da estelionatária, estão João Candido Dominici, que teria dado alguns imóveis para Maria de Fátima administrar e levou um prejuízo de R\$ 150 mil.

Outra vítima foi o empresário



KARLOS GEROMY/OIMP/D.A PRESS

**MARIA DE FÁTIMA RAMOS  
RESPONDE PROCESSO DESDE 2008**

Marco Antônio Garcia, que também teve prédios vendidos por Maria de Fátima. Também figuraram como vítimas Ronaldo Ferreira de Castro e Inaldo Gomes, que tiveram veículos comprados em seus nomes pela acusada. Alguns dos carros ainda estão sendo procurados pela polícia. (S.A)

# TJ anuncia instalação de dez varas em São Luís e Ribamar

**Página 6**

## São Luís e Ribamar

### TJ anuncia instalação de dez novas varas

O Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e Registros Públicos e uma de juizado especial. Em Ribamar, serão dois juzizados criminais.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, nesta segunda-feira (30), durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo o 1ª Juizado Especial Criminal, que foram transferidas da antiga sede para o anexo, a partir de maio.

As medidas repercutiram favoravelmente entre os magistrados que acompanharam a visita e percorreram dependências do fórum após a mudança das varas para o novo espaço. Convidado especial, o senador João Alberto de Sousa, disse que "o Maranhão estava necessitando de melhor alojamento para os serviços judiciários. Esse prédio vem colocar a sociedade mais perto da Justiça, dando espaço para os juízes solucionarem os problemas que lhes chegam às mãos".

Guerreiro Júnior informou a desembargadores, juízes e servidores que o custo total da construção do anexo do fórum – com área construída de 53.139,25 m² e capacida-

de para 80 unidades jurisdicionais – foi de R\$ 161,3 milhões, incluindo obras de engenharia civil, aquisição de central de ar-condicionado e mobília.

O presidente anunciou, ainda, que a Vara de Cartas Precatórias da capital, hoje com demanda de 6 mil processos em andamento, será transformada em vara cível.

"A estrutura do fórum está com nova dimensão e as varas estão funcionando normalmente. Agora, estamos aumentando a quantidade de varas cíveis e juzizados para melhor atendimento da demanda. Acredito que as novas unidades passem a funcionar a partir de setembro", informou.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, lembrou que o novo fórum, que era um "sonho" da magistratura, foi realizado pelos desembargadores Raimundo Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior, e pediu a magistrados e servidores zelarem pela durabilidade do imóvel.

Quanto às novas unidades, o corregedor informou que o plano da Corregedoria é que as novas varas cíveis recebam os processos que ingressarem após a instalação e que as existentes solucionem a demanda atual, sem necessidade de redistribuição processual, nem de remoção de magistrados. A instalação vai ser definida em acordo com os juízes.



## Votação

# TJMA escolhe novo desembargador amanhã

Será nesta quarta-feira (1º) a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que irá substituir o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim. Quinze juízes de entrância final (São Luís) concorrerão à vaga, pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa tem início às 9h e será conduzida pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.

Os juízes inscritos são Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª Vara da Família).

Também integram a lista os magistrados Ângela Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial

Cível e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Belchior Silva (2ª Vara Cível), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Amorim (3ª Vara Cível).

Os juízes serão submetidos a votação em plenário. Cada desembargador indicará três nomes entre os candidatos à vaga. Os mais votados irão compor a lista triplíce, da qual sairá o novo desembargador, depois de realizada a votação final.

O acesso ao cargo desembargador, pelo critério de merecimento, é feito em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada.

O juiz de entrância final que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo.

### **NOVO DESEMBARGADOR**

Será nesta quarta-feira (1º) a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que irá substituir o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim. Quinze juizes de entrância final (São Luís) concorrerão à vaga, pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa tem início às 9h e será conduzida pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.

## ***CNJ doa aeronave para combate à criminalidade no MA***

Em solenidade realizada na manhã de ontem no hangar da PF, em Brasília, o Maranhão e mais outros 10 estados brasileiros receberam aeronaves de pequeno porte, que foram apreendidas durante operações de

combate ao tráfico de drogas, e serão utilizadas para o uso compartilhado entre o Judiciário e a Segurança Pública. A entrega foi feita pela corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. **ÚLTIMA PÁGINA**

AGENCIA BRASIL



**Eliana Calmon entrega aeronaves apreendidas por tráfico de drogas**



## ***CNJ doa aeronave para combate à criminalidade no Maranhão***

Em solenidade realizada na manhã de ontem no hangar da Polícia Federal, em Brasília, o Maranhão e mais outros 10 estados brasileiros receberam aeronaves de pequeno porte, que foram apreendidas durante operações de combate ao tráfico de drogas, e serão utilizadas para o uso compartilhado entre o Poder Judiciário e as Forças de Segurança Pública.

O estado recebeu uma aeronave modelo Islander, de prefixo PT - FBU, fabricada no ano de 1971. A entrega foi feita pela corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, durante solenidade que contou com a participação da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria do Amaral Azevedo; o presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Antônio Gustavo Matos do Valle; do presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guarany, entre outras autoridades.

Além do Maranhão, os estados contemplados foram Acre, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí, Rondônia e Tocantins. Eles foram escolhidos por causa de sua extensão territorial e das dificuldades de deslocamento enfrentadas pelos magistrados nesses estados.

A entrega dos aviões faz parte do programa Espaço Livre - Aeroportos, da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ. Iniciativa tem por objetivo remover dos aeroportos brasileiros as aeronaves que estão sob custódia da Justiça ou que foram apreendidas em processos criminais.

# TJ anuncia instalação de nove varas e um juizado em São Luís e Ribamar

O Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e Registros Públicos e um juizado especial. Em Ribamar, serão duas varas criminais.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, ontem (30), durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo o 1º Juizado Especial Criminal, que foram transferidas da antiga sede para o anexo, a partir de maio.

As medidas repercutiram favoravelmente entre os magistrados que acompanharam a visita e percorreram dependências do fórum após a mudança das varas para o novo espaço. Convidado especial, o senador João Alberto de Sousa, disse que "o Maranhão estava necessitando de melhor alojamento para os serviços judiciários. Esse prédio vem colocar



Guerreiro Júnior anuncia ao senador João Alberto e desembargadores novas varas para São Luís e Ribamar

a sociedade mais perto da Justiça, dando espaço para os juízes solucionarem os problemas que lhes chegam às mãos".

Guerreiro Júnior informou a desembargadores, juízes e servidores que o custo total da construção do anexo do fórum – com área construída de 53.139,25 m² e capacidade para 80 unidades

jurisdicionais – foi de R\$ 161,3 milhões, incluindo obras de engenharia civil, aquisição de central de ar-condicionado e mobília.

O presidente anunciou, ainda, que a Vara de Cartas Precatórias da capital, hoje com demanda de seis mil processos em andamento, será transforma-

da em vara cível.

"A estrutura do fórum está com nova dimensão e as varas estão funcionando normalmente. Agora, estamos aumentando a quantidade de varas cíveis e juzizados para melhor atendimento da demanda. Acredito que as novas unidades passem a funcionar a partir de setembro", informou.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, lembrou que o novo fórum, que era um "sonho" da magistratura, foi realizado pelos desembargadores Raimundo Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior, e pediu a magistrados e servidores zelarem pela durabilidade do imóvel.

Quanto às novas unidades, o corregedor informou que o plano da Corregedoria é que as novas varas cíveis recebam os processos que ingressarem após a instalação e que as existentes solucionem a demanda atual, sem necessidade de redistribuição processual, nem de remoção de magistrados. A instalação vai ser definida em acordo com os juízes.

❖❖ O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) volta a se reunir hoje, para retomar a 151ª sessão ordinária iniciada ontem. Na pauta há 80 itens pendentes que incluem desde processos disciplinares, denúncias de nepotismo e discussões sobre concursos no Poder Judiciário.



## TJ-MA escolhe novo desembargador

Será nesta quarta-feira (1º) a votação para escolha do novo membro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que irá substituir o desembargador aposentado Raimundo Freire Cutrim. Quinze juízes de entrância final (São Luís) concorrerão à vaga, pelo critério de merecimento. A sessão plenária administrativa tem início às 9h e será conduzida pelo desembargador-presidente Guerreiro Júnior.

Os juízes inscritos são Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª Vara da Família).

Também integram a lista os magistrados Ângela Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível

e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Belchior Silva (2ª Vara Cível), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Amorim (3ª Vara Cível).

Os juízes serão submetidos a votação em plenário. Cada desembargador indicará três nomes entre os candidatos à vaga. Os mais votados irão compor a lista tríplice, da qual sairá o novo desembargador, depois de realizada a votação final.

O acesso ao cargo desembargador, pelo critério de merecimento, é feito em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada.

O juiz de entrância final que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo.

# Legislativos estaduais escondem dados salariais de servidores

Os legislativos nos estados e no Distrito Federal são, dos três poderes, os menos transparentes na divulgação dos salários pagos a seus funcionários, mostra levantamento feito pela Folha de S. Paulo.

Nenhuma das 26 assembleias legislativas nem a Câmara do DF publica em um mesmo documento o nome de todos os seus servidores e os respectivos vencimentos. No Maranhão a AL também não divulgou os dados, assim como o Executivo estadual. Apenas o TJ-MA cumpriu a determinação da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor há cerca de dois meses, divulgando todos os nomes e salários dos servidores juntos.

A AL que permite maior detalhamento dos dados é a de Santa Catarina, mas o sistema de buscas exige que seja digitado o nome do servidor para que se tenha acesso a seu salário – o que inviabiliza a identificação de vencimentos fora do padrão.

Todas as outras omitem parte dos dados: ou divulgam apenas a remuneração prevista por função – sem especificar quais benefícios cada funcionário recebe – ou não disponibilizam dados.

A divulgação dos salários de maneira individualizada é prevista pela Lei de Acesso à Informação.

Apesar disso, ao menos em São Paulo o Legislativo está

impedido por uma decisão provisória do Tribunal de Justiça de divulgar as informações em um documento único. Na sentença, o desembargador Corrêa Vianna cita “a preservação do direito à vida privada e à intimidade”.

**Decisão do STF** – Especialistas ouvidos pela Folha, no entanto, dizem que qualquer entrave à divulgação vai contra a proposta da lei e que a vinculação do nome ao salário foi considerada constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Em 2009, a Corte autorizou a Prefeitura de São Paulo a manter na internet o salário pago a seus servidores, apesar do pedido de sindicatos.

“Quando você se torna voluntariamente um funcionário público, sua relação com o Estado é necessariamente objeto de interesse público e não está coberta pela privacidade”, diz o diretor da FGV-Direito, Oscar Vilhena Vieira.

A lei prevê que o agente que fornecer informação “intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa” pode ser processado por improbidade administrativa. No Congresso, os dados também não estão disponíveis para consulta, mas devem ser publicados hoje (31).

A transparência é pouco diferente nos executivos. Apenas o governo do DF e 4 dos 26 estados permitem que se conheça quanto

é pago a cada funcionário.

No Executivo federal, estão disponíveis salários brutos, líquidos e vantagens com o nome de cada servidor, mas não há, por exemplo, as verbas de caráter indenizatório de todos os servidores.

Impelidos por uma resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), órgão ao qual são submetidos, os Tribunais de Justiça são os mais transparentes na divulgação.

Das 26 cortes estaduais, 16 já publicam relações com o total pago a cada magistrado e servidor. Os que não publicam dizem que até o início de agosto – prazo máximo dado pelo CNJ – as informações estarão disponíveis.

Os tribunais do Distrito Federal e do Rio de Janeiro estão proibidos de divulgar por decisão da Justiça.

**Outro lado** – As assembleias legislativas relatam dificuldades técnicas como o principal motivo para ainda não terem divulgado o salário de seus servidores públicos e afirmam que publicarão as informações em breve.

Na Paraíba, por exemplo, o site atual da Assembleia não suportava o tamanho dos arquivos que seriam publicados. Uma comissão especial foi formada para processar os dados e uma nova página está sendo projetada.

No Acre, foi preciso contratar uma empresa para programar o

portal que divulgará as informações.

O Legislativo de Santa Catarina afirma que seu sistema de busca já atende aos critérios previstos na Lei de Acesso à Informação e que não deve alterá-lo. A página, no entanto, não reúne em um mesmo documento todos os servidores e exige que sejam feitas buscas individuais pelo nome do funcionário.

A Assembleia de Pernambuco disse que negocia com seus funcionários a divulgação dos salários. As de Rio Grande do Sul, Piauí, Paraná e Mato Grosso do Sul, além da Câmara do Distrito Federal, disseram que aguardam definições da Justiça, da Câmara, de órgãos estaduais e de outras comissões para divulgar os dados.

No Executivo, alguns estados também dizem esperar esclarecimentos de conselhos, advogados, da Justiça ou do Ministério Público para saber quais dados devem ser publicados. É o caso de Amazonas, Ceará, Pará, Rio Grande do Sul e Paraná.

Parte dos governos estaduais também diz que as informações serão divulgadas nos próximos dias.

Os tribunais de Justiça que ainda não publicaram os dados dizem que o farão até a metade de agosto, fim do prazo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça. (Folha Online)



## ***Tribunais que não publicaram remunerações deverão se explicar***

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu nesta segunda-feira (30/7), durante a 151ª. sessão plenária, pedir informações aos tribunais que ainda não fizeram a divulgação das remunerações de seus servidores, magistrados e colaboradores. A proposta foi apresentada pelo conselheiro Wellington Saraiva, Ouvidor do CNJ: “O Conselho deve entrar em contato com esses tribunais para saber por que não cumpriram a resolução”, disse.

Wellington Saraiva explicou que o CNJ vai se colocar à disposição para auxiliar tecnicamente os tribunais na divulgação: “Não imagino a hipótese de descumprimento deliberado”. Até a última sexta-feira 65 dos 91 tribunais brasileiros já haviam feito a publicação, conforme estabelecido

nas resoluções 151 e 102 do CNJ. Outros seis pediram prazo para solucionar problemas técnicos. “Temos um número já bem elevado de cumprimento”, comentou o conselheiro.

O conselheiro Bruno Dantas sugeriu que o CNJ, além de oferecer apoio, examine a possibilidade de assumir a divulgação da folha salarial daqueles tribunais que efetivamente enfrentarem dificuldades técnicas insuperáveis no curto prazo. Isso só seria feito depois das respostas e em comum acordo com os tribunais.

A proposta foi aprovada por unanimidade, e o ministro Ayres Britto, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), lembrou que o STF decidiu, por duas vezes, pela obrigatoriedade da divulgação.



## ■ Leilão supera expectativas (I)

O primeiro leilão de bens apreendidos pela Justiça realizado na sexta-feira (27), no auditório da VIP Leilões (Maracanã) superou as expectativas dos organizadores. De acordo com a Vip Leilões, o total apurado foi de R\$ 639.212,00 (seiscentos e trinta e nove mil duzentos e doze reais).

Segundo o edital do leilão, o total arrecadado será “depositado em contas judiciais referentes a cada processo tramitando em que houver arrematação”.

O evento reuniu 100 veículos oriundos de processos de Varas Criminais (a maioria), Varas de Entorpecente, Varas Cíveis e Juizados Especiais.

## ■ Leilão supera expectativas (II)

“Todos os itens foram arrematados, inclusive as sucatas”, informa a chefe do Depósito Judicial, Ana Sírnia Lopes.

Um dos pontos altos do evento foi o lote 99, a Land Rover Defender. Com mínimo de venda em R\$ 17.400,00, o veículo foi arrematado por R\$ 56.500,00. Antes mesmo do início do leilão a Land Rover já havia recebido mais de 100 lances on-line.

Outro destaque ficou por conta do lote 72, um GM ômega 2004/2004, blindado, com mínimo de R\$ 12 mil e arrematado por R\$ 24 mil e 500.